

091

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO. *Miéle P. Ribeiro, Emil A. Sobottka* (Departamento de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas -PUCRS)

A cidadania no Brasil, voltou a ser uma temática de grande importância no final da década de 1970. Tal discussão deve-se ao processo de democratização que o país viveu e ainda vive. A Constituição Federal de 1988 trouxe tendências descentralizadoras, promovendo um maior poder local dos municípios e estados. Com a mudança de administração na Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 1989, foi instaurado o que ficou conhecido como “Administração Popular”, que tem no Orçamento Participativo um dos seus eixos centrais. O trabalho problematiza o Orçamento Participativo, perguntando-se como contribui para a construção da cidadania e quais benefícios por ele proporciona. A metodologia utilizada baseia-se em estudo de caso, com apoio em pesquisas e documentos já existentes. Através do estudo de caso é possível constatar como acontece construção de cidadania nesse contexto, ver como se dá a passagem da simples reivindicação de necessidades para a comunidade, à participação cidadã. Demonstra-se que o processo de cidadania implica em transparência, interação, participação, possibilidades ampliadas. Com a transparência e a oportunidade de exercer a cidadania ocorrem rupturas com o patrimonialismo, tradicional em nosso país. (PUCRS).